

IDEAU

**CONSERVADORISMO E RESISTÊNCIA: ESTUDO
EXPLORATÓRIO SOBRE AS PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO
NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

**CONSERVATISM AND RESISTANCE: AN EXPLORATORY
STUDY ON PERSPECTIVES OF EDUCATION IN NON-
GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS**

**CONSERVADURISMO Y RESISTENCIA: ESTUDIO
EXPLORATORIO SOBRE LAS PERSPECTIVAS DE LA
EDUCACIÓN EN LAS ORGANIZACIONES NO
GUBERNAMENTALES**

Deivis Perez

Doutor em Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: dvs.prz@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1316-0284>

Sabrina Orgado Oliveira

Mestranda em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: sabrinaorgadoo@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1586-2490>

RESUMO

Este estudo exploratório foi dedicado ao exame das possibilidades de a educação empreendida pelas organizações não-governamentais (ONGs) contribuir na construção de uma sociedade inclusiva, participativa e democrática. A investigação da temática foi conduzida por meio de uma pesquisa de modalidade bibliográfica, que intencionou identificar e cotejar as principais perspectivas teórico-práticas sobre ONGs e suas atividades educativas. Optou-se pela abordagem metodológica analítica e comparativa para ordenar a apreciação do material bibliográfico selecionado. Foram aplicados procedimentos de leitura reflexiva e interpretativa de textos, associadamente com o instrumento denominado fichamento de análise conceitual, que, reunidos, são apropriados para asseverar a sistematização de ideias e conceitos complexos. Em síntese a bibliografia perscrutada permitiu reconhecer as contradições internas do setor das ONGs, dado que seus teóricos, profissionais e ativistas defendem que a educação nestas organizações enseja a formação de cidadãos, promove participação social e colabora para a construção de sociedades inclusivas e democráticas. Ainda, foi possível deslindar a visão dos seus críticos, que sinalizam que as ONGs concentram suas ações e discurso na autoajuda e mútua-ajuda de pessoas e coletividades pauperizadas, favorecendo

Submitted on: 11.06.2024 | Accepted on: 11.12.2024 | Published on: 11.18.2024

a despolitização e desmobilização das comunidades, uma vez não contemplam a discussão das causas estruturais das desigualdades e explorações das massas populacionais contemporaneamente. Concluiu-se que a educação em ONGs é campo polissêmico e dialeticamente contraditório, pois tanto apoia e oportuniza a formação de pessoas para a democracia e justiça social, quanto registra experiências tangíveis e linguageiras direcionadas para o enfraquecimento dos serviços oferecidos pelo Estado em benefício da população pauperizada.

Palavras-chave: Educação. Organizações Não-Governamentais. Cidadania. Sociedade Civil.

ABSTRACT

This article was dedicated to examining the possibilities for education undertaken by non-governmental organizations (NGOs) to contribute to the construction of an inclusive, participatory and democratic society. The investigation of the topic was conducted through bibliographical research, which intended to identify and compare the main theoretical-practical perspectives on NGOs and their educational activities. An analytical and comparative methodological approach was chosen to organize the assessment of the selected bibliographic material. Reflective and interpretative text reading procedures were applied in order to achieve the systematization of complex ideas and concepts. In summary, the bibliography examined allowed us to recognize the internal contradictions of the NGO sector. Furthermore, it was possible to unravel the vision of their critics, who point out that NGOs focus their actions and discourse on self-help and mutual help of impoverished people and communities not including the discussion of structural causes of the inequalities and exploitation of the masses of the population. It was concluded that education in NGOs is a polysemic and dialectically contradictory field, as it both supports and provides opportunities for the training of people for democracy and social justice, and records tangible experiences and languages that weaken services offered by the State for the benefit of the population. pauperized.

Keywords: Education. Non-Governmental Organizations. Citizenship. Civil Society.

RESUMEN

Este estudio exploratorio se dedicó a examinar las posibilidades de que la educación emprendida por organizaciones no gubernamentales (ONG) contribuya a la construcción de una sociedad inclusiva, participativa y democrática. La investigación del tema se realizó a través de una investigación bibliográfica, que pretendió identificar y comparar las principales perspectivas teórico-prácticas sobre las ONG y sus actividades educativas. Se optó por un enfoque metodológico analítico y comparativo para organizar la evaluación del material bibliográfico seleccionado. Se aplicaron procedimientos reflexivos e interpretativos de lectura de textos, asociados al instrumento denominado ficha de análisis conceptual, que en conjunto son adecuados para asegurar la

sistematización de ideas y conceptos complejos. En resumen, la bibliografía examinada permitió reconocer las contradicciones internas del sector de las ONG, dado que sus teóricos, profesionales y activistas sostienen que la educación en estas organizaciones conduce a la formación de ciudadanos, promueve la participación social y contribuye a la construcción de sociedades incluyentes y sociedades democráticas. Además, se logró desentrañar la visión de sus críticos, quienes señalan que las ONG centran sus acciones y discursos en la autoayuda y ayuda mutua de personas y comunidades empobrecidas, favoreciendo la despolitización y desmovilización de las comunidades, al no incluir a los discusión de las causas estructurales de las desigualdades y la explotación de las masas de la población actual. Se concluyó que la educación en las ONG es un campo polisémico y dialécticamente contradictorio, ya que apoya y brinda oportunidades para la formación de personas para la democracia y la justicia social, y registra experiencias y lenguajes tangibles encaminados a debilitar los servicios ofrecidos por el Estado. en beneficio de la población empobrecida.

Palabras clave: Educación. Organizaciones No Gubernamentales. Ciudadanía. Sociedad Civil.

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional contemporâneo se inscreve no conjunto expressivo de transmutações que afeta tanto as formas historicamente consagradas de ensino e aprendizagem quanto as alternativas que emergiram como respostas às novas demandas sociopolíticas, ambientais, econômicas e tecnológicas. Neste cenário, uma área em elevação é a educação praticada no bojo das organizações não-governamentais (doravante ONGs), que inclui atividades pedagógicas diversificadas realizadas por instituições da sociedade civil, tais como ONGs, associações comunitárias, entidades dos novos movimentos sociais e outras que atuam fora do sistema escolar ou formal de ensino, mas que intencionam ter influência direta e expressiva na formação de cidadãos. Cumpre notar que, neste trabalho, as ONGs no Brasil são compreendidas como “[...] organizações estruturadas a partir do esforço e do interesse de cidadãos que se voltam para atuar em áreas do campo social consideradas significativas pelos grupos que as criaram e as mantêm” (Perez, 2003, p. 88).

O contexto que emoldura a emergência da educação nas ONGs, bem como aquele que inclui as escolas e o campo educativo de modo geral se relaciona com as condições cada vez mais multifacetadas, complexas e perturbadoras de produção e acesso aos saberes no século XXI, em que as ferramentas tecnológicas de comunicação possibilitaram a promoção de drásticas modificações nas ambiências laborais e nas formas de conectividade entre indivíduos, grupos da sociedade, empresas e estados nacionais. Estas tecnologias, representadas com maior ênfase pela hipotética facilidade de acesso aos conhecimentos proporcionada pelos artefatos tecnológicos do cotidiano (laptops, smartphones) e pela internet, estão fomentando um novo modo de o humano se relacionar com os saberes, o que afeta diretamente a educação. Segundo Ladislau Dowbor (2018), experimentamos a era da perplexidade, uma vez que o ritmo das transformações ultrapassa radicalmente a nossa capacidade de organização sociopolítica para a facear a transição plena para uma possível sociedade do conhecimento, de forma que o potencial desenvolvimento da humanidade apoiado por tecnologias se torna uma ameaça.

Nessa conjuntura, as ONGs procuram se destacar, enfatizando a sua função na promoção de uma educação direcionada para a cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento comunitário. Outro benefício aventado pelos representantes deste segmento é que a educação praticada por estas organizações não segue o modelo estrito das instituições formais, como escolas e universidades. Isso as tornaria, supostamente, mais aptas para responder às necessidades das pessoas e das comunidades, oferecendo alternativas de aprendizagem capazes de ensejar a autonomia e a expansão das capacidades humanas.

Ante o exposto, este artigo registra um estudo exploratório que foi dedicado ao exame das possibilidades de a educação empreendida pelas ONGs contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, participativa e democrática, conforme apontam os seus teóricos orgânicos e aqueles que se engajam em suas atividades, seja como voluntários ou profissionais. O presente texto dispõe das seguintes seções, além desta *Introdução*, das *Considerações Finais* e das *Referências*: a) Objetivos e metodologia - que compreende a

exposição das finalidades investigativas delimitadas e da perspectiva metodológica, incluindo técnicas e instrumentos aplicados; b) Educação nas ONGs: conservadorismos e resistências – seção dedicada à explicitação academicamente situada dos resultados da pesquisa.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa teve como objetivo examinar se, e de que maneira, a Educação praticada por ONGs favorece a construção ou o fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva, democrática e participativa. Especificamente, nesta investigação, buscou-se identificar, analisar e cotejar as duas principais visões teóricas e práticas relacionadas à área, a saber: a) a perspectiva dos teóricos, profissionais e ativistas sintonizados com as ONGs, que defendem que a educação oferecida por essas organizações é efetivamente voltada para ensejar a formação de cidadãos, a autonomia e a participação social, colaborando para a edificação de uma sociedade democrática de fato; b) a abordagem dos críticos e arguidores das ações das ONGs, que assinalam, de maneira geral, os problemas e controvérsias ético-políticas do trabalho destas organizações e, de forma particular, indicam para as fragilidades e controvérsias de sua atuação no campo educacional.

A atividade investigativa consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa situada na modalidade bibliográfica que, conforme Severino (2007), consiste na identificação e ulterior análise de materiais já publicados, permitindo a elucidação de temáticas ou constructos disponíveis em obras acadêmicas científicas. Levando isto em consideração, optou-se por uma abordagem metodológica analítica e comparativa para organizar o processo de examinação, exploração e apreciação dos textos sobre ONGs e educação nestas organizações. Nesta abordagem metodológica a ênfase está situada, por um lado, em esquadrihar e deslindar as delimitações, sentidos e desenvolvimentos de uma determinada temática (dimensão analítica) e, por outro, em identificar as semelhanças e as diferenças na interpretação de um tema entre distintos estudiosos, averiguando afinidades e dissonâncias (dimensão comparativa).

Esta perspectiva metodológica inclui técnicas de análise conceitual apresentadas por Folscheid e Wunenburger na obra *Metodologia Filosófica* (2013), as quais foram aplicadas para asseverar a apreensão e comparação das duas interpretações principais da educação em ONGs, que foram objeto deste estudo. Cumpre notar que as técnicas de análise conceitual foram empregadas porque são úteis para auxiliar a organização da pesquisa e apoiar o entendimento de uma perspectiva sobre um tema científico ou social a partir da sua historicidade e de seu contraste com outras visões da mesma temática de um sistema de pensamento (Folscheid; Wunenburger. 2013).

Especificamente, as técnicas de análise conceitual aplicadas foram: a) leitura reflexiva de textos, que apoiou a síntese das ideias centrais de cada autor ou obra examinada sobre educação e ONGs; b) leitura interpretativa, em que foi efetivamente realizada a examinação das duas visões de ONGs e educação, buscando uma compreensão aprofundada da questão e das interrelações de ideias sobre o assunto, fundamental para a sua análise crítica. Os procedimentos de leitura reflexiva e leitura interpretativa foram ordenados por intermédio do uso do método de fichamento da análise conceitual, conforme descrito por Sacrini em *Leitura e Escrita de Textos Argumentativos*, o que permitiu a detalhada sistematização de ideias e conceitos complexos que emergiram no decorrer dos atos investigativos. A apresentação dos resultados da pesquisa segue na próxima seção textual, tomando como fundamento o método argumentativo de exposição, em harmonia com o arcabouço metodológico que foi adotado.

3 A EDUCAÇÃO NAS ONGs: CONSERVADORISMOS E RESISTÊNCIAS

A educação nas ONGs é área de atuação em constante movimentação e sua prática é plurifacetada e diversificada, englobando atividades tais como: a) formação para o trabalho e cidadania; b) capacitação de atores sociais para a práxis política orientada por variadas perspectivas ideológicas; c) instrução para o uso e construção de saberes apoiados nas Tecnologias do Conhecimento e Informação; etc. (Perez, 2009). A literatura dedicada às teorias e ações próprias da educação por ONGs aponta para a utilização de uma ampla gama de métodos

e estratégias educativas alternativas àquelas identificadas com a escolarização tradicional, especialmente em contextos não formais, nos quais a flexibilidade e a adaptação às necessidades locais parecem pertinentes.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2001), a educação nas ONGs pode ser compreendida como parte constitutiva de uma movimentação societária maior de educação não formal, a qual se manifesta e é consubstanciada fora das escolas. Diferentemente da educação formal, que solicita currículos estruturados e que é exercitada unicamente no ambiente das escolas em todos os níveis educacionais, incluindo o ensino superior, a educação não formal se caracterizaria pela ênfase nas necessidades imediatas da comunidade. Gohn sinaliza que a educação nas ONGs desempenharia um relevante papel social ao incentivar o exercício da cidadania ativa e o desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos agirem de forma autossuficiente na sociedade.

Em conformidade com os profissionais, ativistas e teóricos intencionalistas das ONGs, a flexibilidade é uma das principais distinções da educação oferecida por estas entidades, pois permite o planejamento, a execução e a avaliação das práticas pedagógicas de acordo com as particularidades socioculturais das comunidades atendidas. A educação, nesta conjuntura, torna-se um recurso dinâmico de construção coletiva de saberes e fazeres empreendido em diálogo com os seus partícipes. Segundo Gohn (2001), a educação nas ONGs não se limita à mera transmissão de conteúdos, se concentrando na formação e no incremento de habilidades capazes de fomentar a autonomia e a participação democrática.

No que diz respeito à abordagem teórico-metodológica, vale ressaltar que a visão educacional de parte das ONGs se aproxima da chamada educação comunitária, pois, conforme Gadotti (2001), ambas se fundamentam em princípios como solidariedade e cooperação. Em conformidade com este pesquisador, a educação comunitária forneceria a base teórica para aquelas ONGs que valorizam o trabalho coletivo e a participação dos educandos na construção do conhecimento. Essa correlação se deve, em parte, porque iniciativas de educação comunitária ligadas a movimentos sociais ou a empresas

que financiam ações educativas, frequentemente se somam ou se sobrepõem às práticas de algumas ONGs (Gadotti, 2001).

As conexões entre segmentos das ONGs e a educação comunitária também se manifestam na busca de ambas por associar as dimensões produtiva, organizativa e educativa (Gadotti, 2001), característica comum nas iniciativas educacionais de ONGs. Além do mais, a visão comunitária guarda nexos com as teorias de Paulo Freire, que enfatizam a importância da conscientização e da ação transformadora. Para Freire (2000), a educação deve ser um processo de libertação, em que os oprimidos se conscientizam de sua condição e se organizam para alterar a realidade. Essa perspectiva é uma inspiração central para o trabalho de inúmeras ONGs em suas ações junto às populações empobrecidas.

Contudo, apesar dessa conexão de uma parte das ONGs com a educação comunitária e com os constructos de Freire, não se pode ignorar que há enorme variedade e sortimento de interesses, características políticas e objetivos orientadores dessas organizações. Tal pluralidade denota que o panorama geral das ONGs inclui outros padrões ideológicos e, por óbvio, educacionais. Jair Militão alerta que, em muitos casos, a educação conduzida por ONGs se assemelha também a perspectivas da “Educação comunitária para a contra-insurreição” e “Educação comunitária para a autoajuda”. A primeira dessas visões educacionais foi fortemente influenciada e moldada pela divisão global que se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial, que identificava como fulcral as disputas que existiam naquela quadra histórica entre os blocos dominantes capitalista e socialista. O seu legado trouxe para a atualidade práticas de educação dedicadas a preparar pessoas para prevenir o avanço da ameaça comunista e impedir a mobilização de grandes contingentes populacionais que questionam o *status quo*. Trata-se, de acordo com Perez (2014), de perspectiva educativa que foi respaldada por recursos financeiros e logísticos de corporações privadas e governos autoritários na América Latina. A Educação Comunitária, vista como autoajuda, tenciona a melhoria da qualidade de vida da comunidade, caracterizando-se por minimizar os conflitos entre diferentes segmentos sociais, em nome do esforço conjunto para o bem comum.

Nesta perspectiva, acredita-se que todos os membros de uma comunidade devem se unir para o desenvolvimento local, assumindo, assim, a responsabilidade pelo êxito ou fracasso das iniciativas empreendidas pelos cidadãos de um território. A educação se concentra na identificação de recursos para a solução de problemas comuns pelos próprios cidadãos, sendo considerada um componente fundamental em todas as fases da vida humana, pois habilita os indivíduos para lidar com problemas e desafios cotidianos.

Essas duas abordagens educacionais, focadas na contra-insurreição e na autoajuda, guardam conexões com o posicionamento político-ideológico de muitas ONGs, as quais estão associadas ao modelo neoliberal e são apontadas como alinhadas a uma visão conservadora de sociedade, indiferente às metamorfoses das condições de vida das populações empobrecidas. Léster Salamon, pesquisador estadunidense do campo das ONGs, afirma que um dos desafios dessas entidades não é criar estruturas sociais inteiramente novas, "[...] mas aplicar novas formas de associação às estruturas tradicionais da vida comunitária" (Salamon, 1997, p. 101). Este argumento salienta que as práticas das ONGs não têm como objetivo qualquer transformação social, mas apenas o aprimoramento das estruturas já existentes, as quais, segundo Salamon, necessitam não mais que poucos ajustes. Ao invés de propor uma mudança radical ou emancipatória, o setor das ONGs se compraz em operar dentro dos limites das estruturas políticas e econômicas vigentes, sem questionar as bases do ordenamento hodierno capitalista.

O enfoque de autoajuda educacional e a visão de Salamon sobre as ONGs levantam questionamentos, tais como aqueles de Montaño (2002) e Petras (2000), que registram que a atuação destas organizações no contexto da educação e da assistência social é parte de uma logicidade privatista que fragiliza os serviços públicos estatais, resultando no enfraquecimento do Estado do Bem-Estar Social. Montaño argumenta que o discurso promovido por ONGs tende a despolitizar as lutas de classes sociais, transferindo para os indivíduos a responsabilidade pelas mazelas produzidas pelo ordenamento capitalista. Neste sentido, as ONGs difundem a ideia de que as populações empobrecidas são responsáveis pela solução das próprias vulnerabilidades, o que desvia o foco

das causas estruturais para a pauperização de enormes segmentos da população. Ainda, Montaño e Petras sinalizam que as ONGs, ao se concentrarem na resolução de problemas das localidades, desviam as atenções dos cidadãos das grandes temáticas políticas e econômicas. Estes estudiosos também criticam o distanciamento das ONGs dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que se aproximam das grandes corporações em busca de financiamento, o que, para Montaño e Petras, enfraquece o vínculo dessas organizações com os movimentos sociais tradicionais de base. Em síntese, os pesquisadores apontam que o setor das ONGs, ao enfatizar a autoajuda das comunidades empobrecidas, contribui, mesmo que indiretamente, para o avanço das políticas neoliberais.

Apesar dessa crítica, é importante ressaltar algumas iniciativas de ONGs que têm buscado transcender a trivial manutenção dos arranjos socioeconômicos existentes. As organizações com foco mais crítico e emancipatório têm utilizado estratégias educativas que incentivam a sensibilização para uma cidadania ativa, orientada para capacitar as populações marginalizadas a lutarem por seus direitos e exercerem influência nas políticas públicas. Essas práticas são perceptíveis naquelas instituições que seguem o legado de Freire (1983), teórico brasileiro que defendia uma pedagogia crítica e se afastava do papel passivo atribuído aos educandos nas áreas educativas conservadoras, ao sustentar a educação como um processo de conscientização e libertação. Em muitas ONGs que trabalham no campo educacional, essa perspectiva é empregada para questionar as desigualdades que afetam as populações empobrecidas e excluídas do acesso às melhores oportunidades de escolarização e de exercício da laboralidade. Gohn (2001) ressalta que, apesar de o segmento das ONGs frequentemente lidar com limitações impostas por financiamentos externos, o setor ainda abriga espaços de resistência em seu interior. Inúmeras organizações utilizam a educação como meio para mobilizar as comunidades sobre temáticas como equidade social, direitos humanos e sustentabilidade, auxiliando na formação de sujeitos políticos engajados e ativos.

Os elementos destacados nos parágrafos anteriores evidenciam as tensões e contradições presentes no universo das ONGs. Além disso,

demonstram que, embora essas entidades possam ser criticadas por suas conexões com a lógica neoliberal, existem práticas pedagógicas aplicadas por algumas organizações que, muito provavelmente, oferecem uma rota para mitigar o padecimento dos setores societários despossuídos. Ao investir na educação crítica e na participação democrática, algumas ONGs demonstram ser possível buscar alternativas que promovam maior justiça social e equidade econômica, ainda que no marco do capitalismo contemporâneo. Por este ângulo é evidente que Freire (1983) se configura num personagem central para o aprimoramento da educação nas ONGs do Brasil, isto porque a sua teoria, condensada na obra *Pedagogia do Oprimido*, influenciou práticas educacionais voltadas para a metamorfose social. Freire advogava que a educação deve ser um processo político, dialógico e horizontal, no qual o educador e o aprendiz constroem juntos o conhecimento, baseando-se em suas vivências e na realidade concreta que experimentam. Por intermédio deste processo, os indivíduos adquirem uma "consciência crítica", que os capacita a entender as estruturas de opressão que emolduram e afetam as suas vidas, além de incentivá-los a mudar a realidade coletivamente.

Na mesma direção, Vigotski (1989) destaca a importância do contexto sociocultural no desenvolvimento humano. Segundo ele, o aprendizado é mediado pela interação social e o saber é construído de forma colaborativa, num fluxo contínuo de trocas entre os indivíduos e o ambiente. Essa perspectiva tem implicações diretas para a prática educativa de parte das ONGs, que se concentram em criar espaços de aprendizagem colaborativa, onde os educandos possam não apenas adquirir conhecimentos, mas também desenvolver habilidades sociais e políticas. Outro autor de destaque nesse debate é Delors (1999) que, em seu relatório para a Organização das Nações Unidas, propôs os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Esses pilares oferecem uma estrutura abrangente para compreender a função da educação dos indivíduos no quadro do capitalismo a partir dos anos 1990. Em particular, o pilar "aprender a viver juntos" é altamente relevante para a educação em ONGs, pois destaca a

importância da cooperação, solidariedade e respeito à diversidade, princípios que estão no cerne das práticas educacionais implementadas por ONGs.

Os aspectos supramencionados sinalizam que existe um forte contraste entre a crítica estrutural às ONGs e algumas ações educacionais que ocorrem no seu bojo, revelando a complexidade do setor. É certo que muitas ONGs adotam uma lógica societal conservadora, mas é forçoso reconhecer que há práticas que buscam mudança social e que podem ser vislumbradas como exemplos de trabalho comunitário em um contexto global caracterizado pela desigualdade. Gohn (2001) ressalta a relevância da dimensão política da educação nas ONGs, que ultrapassa a simples transmissão de habilidades ou conhecimentos técnicos. A educação, neste contexto, é vista como um dispositivo para a construção da cidadania e para a promoção da justiça social, isto porque, ao envolver os educandos em processos de participação ativa, a educação em ONGs contribui para o fortalecimento da democracia liberal e para a redução dos danos gerados pelo modo de funcionamento do capitalismo.

As tecnologias digitais também desempenham uma importante função na educação em ONGs. Dowbor (2001) aponta que as Tecnologias de Informação têm o potencial de expandir o acesso ao saber e de conectar comunidades que, de outra maneira, estariam separadas. No entanto, o estudioso também alerta para os perigos da exclusão digital, que pode intensificar ainda mais as disparidades e diferenças sociais. Nesse sentido, para o autor, as ONGs têm um papel importante na promoção da inclusão digital, capacitando comunidades a utilizar as TIC de forma crítica e consciente.

A revisão bibliográfica conduzida nesta pesquisa permite destacar que a educação em ONGs não deve ser vista como uma alternativa ao sistema formal de ensino, mas como uma prática educativa que visa fomentar a justiça social e a cidadania no marco da democracia liberal. Suas práticas, conforme os autores da área, oferecem uma visão de educação que vai além da mera transmissão de conhecimento, enfatizando a construção coletiva e a participação democrática. Por fim, é oportuno considerar as críticas de Montañó (2002) e Petras (2000), que sustentam que as ONGs concentram a sua ação e os seus discursos na autoajuda das comunidades pauperizadas, o que contribui para a sua

desmobilização. Estes autores argumentam que as ONGs atuam nos sintomas (como a fome, a delinquência e o uso de drogas), mas nunca na identificação e no enfrentamento das origens do empobrecimento e enfrentamento dos problemas sociais gerados pelo sistema capitalista. Montañó realça a necessidade de que as pessoas, os movimentos comunitários e os grupos de interesse se envolvam ativamente nas lutas travadas entre classes sociais. Ele enxerga a sociedade civil no contexto da totalidade social moderna, em que os diversos atores sociais estão envolvidos em embates que não ocorrem apenas entre sociedade civil, Estado e mercado, mas entre sujeitos individuais e coletivos em diversas esferas da vida cotidiana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, cumpre notar que o trabalho investigativo bibliográfico desenvolvido indicou que a educação realizada por ONGs se caracteriza por ser um processo intencional conduzido por indivíduos ou grupos. Idealmente, essas práticas educativas, tendo em consideração o cenário socioeconômico da população brasileira, devem dar prioridade ao trabalho com indivíduos e grupos empobrecidos, com o objetivo de ensejar a organização cidadã e a participação ativa na sociedade. As responsabilidades da educação em ONGs devem incluir a melhoria da vivência humana, a expansão da participação democrática nos processos decisórios observados no contexto público e a organização coletiva para o enfrentamento das mazelas geradas pelo capital.

É fundamental ressaltar que a educação não formal desenvolvida por ONGs não deve rivalizar com a educação escolar, mas sim auxiliar e contribuir na defesa da escola pública gratuita e de qualidade para todas as pessoas, bem como ensejar o desenvolvimento de propostas inovadoras que possam ser integradas ao ensino regular. As ONGs possuem a flexibilidade necessária para adaptar as suas atividades às demandas reais das comunidades, oferecendo programas que complementem a educação formal.

Entretanto, não se pode ignorar as críticas de Montañó (2002) ao setor das ONGs, que destacam a sua conexão com práticas tangíveis e discursivas direcionadas para enfraquecimento, sucateamento e desmantelamento dos serviços oferecidos pelo Estado à população pauperizada e, conseqüentemente, da educação escolar pública. É preciso estar constantemente alerta e vigilante para as abordagens e estratégias do setor das ONGs que se alinham às práticas privatistas da sociedade e que contribuem para a manutenção de massas populacionais dóceis e submissas às causas das desigualdades sociais e às explorações sob o capitalismo.

REFERÊNCIAS

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. 2018. **A tecnologia anda solta: a era da perplexidade**. Disponível em <<https://ecofalante.org.br/blog/a-tecnologia-anda-solta-a-era-da-perplexidade-por-ladislau-dowbor-tematica-consumo/>>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Educação comunitária: princípios e práticas**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M.G. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J. J. **O outro: ensaio sobre a alteridade**. São Paulo: Paulus, 2013.

MILITÃO, J. (Org.). **Educação comunitária: estudos e propostas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1996.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREZ, D. **Formação de educadores para o terceiro setor**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.

_____. **A formação de professores para organizações não governamentais – ONGs**. 2009. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. Educação Comunitária para a participação na gestão democrática de organização não-governamental (Ong). **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 49-64, jul./dez. 2014.

PETRAS, J. Globaloney. **El lenguaje imperial, los intelectuales y la izquierda**. Buenos Aires: Antídoto, 2000.

SACRINI, E. **Leitura e escrita de textos argumentativos**. São Paulo: Cortez, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIGOTSKI, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.